

## **REPENSANDO O TERRITÓRIO: DISCUTINDO A CATEGORIA DE TERRITÓRIO VIVIDO**

Fernanda Cristina de Paula

Instituto de Geociências/Universidade Estadual de Campinas

e-mail: fernanda.paula@ige.unicamp.br

### **Resumo**

A partir de um movimento de discussão dos paradigmas teórico-metodológicos dominantes (sobretudo o Positivismo) na ciência, foram difundidas abordagens e temáticas que abarcassem elementos pouco incorporados na investigação do objeto (como os fatores que definem o homem enquanto tal: Humanismo). Também a Geografia passou por essa “renovação” e, neste movimento, ocorreram releituras de suas categorias, que implicaram em novas temáticas pesquisadas e desenvolvimento de corpos teórico-metodológicos. No interior desta ampliação epistemológica da disciplina, está a releitura da categoria território. Com base no levantamento de trabalhos (publicados no Brasil), movimentamos discussões sobre essa releitura, na direção de compreender as implicações desta para a reflexão e pesquisa geográfica.

**Palavras-chave:** território; categoria; geografia e humanismo.

### **Introdução**

Desde meados do século XX se difundiram questionamentos que colocaram em xeque o paradigma teórico que definia os parâmetros do conhecimento cientificamente válido e das consequências desta univocidade. Este movimento se realizou dentro da Geografia também; temos na figura do Wright (1947) o precursor disto que podemos chamar de ampliação do posicionamento epistemológico, dando relevância à subjetividade, à

intersubjetividade, ao conhecimento experiencial e intuitivo como válidos na construção do conhecimento acadêmico. Este posicionamento estende a parcela de realidade sob investigação da ciência; e, assim, entram no escopo da ciência geográfica os modos como o homem lê e experiencia o espaço: a geografia que funda sua vivência.

Em acordo com esta ampliação epistemológica, conceitos e categorias da Geografia são re-significados; dentre estes, o território. Em contraposição a, por exemplo, certa banalização do termo (HAESBAERT, 2006), trabalhos vêm operacionalizado (e consequentemente mobilizando e discutindo) esta categoria para compreensão e análise de dinâmicas socioespaciais, a partir de uma dimensão mais humanista (na proporção em que inclui fatores intrínsecos ao indivíduo, como propõe o Humanismo).

A ampliação epistemológica desemboca em uma série de conseqüências à reflexão e prática da disciplina geográfica. Mudam os fatores levantados para a compreensão da territorialização, incluem-se outras ordens de discussões teóricas que esteiam os estudos de territórios apreendidos a partir de uma perspectiva humanista das relações socioespaciais, amplia-se o temário concernente à Geografia. Surge a necessidade de clarificar a relação desta categoria relida com os estudos que vinham predominando sobre território, a necessidade de discutir as potencialidades e limites deste outra ordem de fenômeno territorial que vem sendo estudado; tarefa que contribui à discussão maior de como esta ampliação epistemológica impacta a Geografia.

Esta perspectiva do território abarca pesquisas que têm, sobretudo, territórios cujos agentes e poderes não sejam institucionalizados. São visados nestes trabalhos os territórios cujos agentes são indivíduos ou grupos, envolvidos em dinâmicas de pequena escala. Dessa forma, estes estudos compreendem e mobilizam fatores específicos (dimensão vivida) para refletir sobre estas territorializações; são estes fatores que procuramos discutir aqui. A partir do levantamento de trabalhos que abordaram a dimensão vivida em acordo com a categoria território, procuramos traçar algumas discussões sobre como este posicionamento epistemológico vem configurando a Geografia.

Na esteira da discussão de desreterritorializações e multiterritorialidades, Rogério Haesbaert apresenta três concepções sob as quais território é compreendido: a econômica, a política e a cultural. A releitura do território está no interior desta última concepção, a qual: “[...] prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que território é visto, sobretudo, como produto da apropriação /valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido” (HAESBAERT, 2006, p.40).

A reflexão atual sobre território em consonância com a dimensão vivida, realizada pela Geografia, teria se beneficiado de algumas “aberturas de horizontes”: 1) com Claude Raffestin, que amplia a compreensão das formas de poder e, portanto, das formas de territorialização (SAQUET, 2007); 2) com Robert Sack que, ao trazer a consideração de que territorializar é controlar e/ou restringir acessos e ações (em uma sala da casa ou em uma porção da nação) estende a territorialização para diversas escalas (CLAVAL, 1999); 3) Com o surgimento e difusão do horizonte humanista-cultural em Geografia, que inclui a matrizes socioculturais na compreensão de dinâmicas que humanizam o espaço (CLAVAL, 1999; MACHADO, 1997).

Nesta releitura da categoria, este fenômeno territorial aparece sob diferentes denominações: territórios flexíveis, territórios da subjetividade, microterritórios, territórios invisíveis e outros – a própria ausência de um consenso nas denominações já é um primeiro indício de dispersão destes trabalhos. Realizar uma sistematização contribuiria para reunir autores e avanços/temáticas. Um primeiro passo seria melhor identificar esta perspectiva do território, cada vez mais presente na disciplina. Para tanto, atentamos que o que está na base destes estudos e sugerido nas diferentes denominações deste fenômeno territorial é que, em todos, o território é perscrutado a partir da vivência dos indivíduos. O que funda estes territórios é a interação diária entre as pessoas e das relações destas com espaço; e deste ponto deriva a relevância da subjetividade, da intersubjetividade, do conhecimento experiencial e intuitivo dos indivíduos que passam a ser meio de compreensão destes territórios. Desta forma, propomos que (frente à pluralidade de termos), cabe denominar este fenômeno como território vivido, pois é a vivência que matricia estes territórios.

Este trabalho congrega os primeiros passos de uma sistematização dos estudos sobre esta perspectiva de território (tanto teóricos quanto empíricos), realizados no Brasil. Para isso, apresentamos um panorama geral das bases teóricas da categoria território vivido, apresentando o conjunto de trabalhos que primeiro incluíram esta perspectiva do território em suas discussões. A partir de levantamentos bibliográficos (que neste momento privilegiou artigos acadêmicos em periódicos, capítulos de livro e livros publicados no Brasil) montamos um quadro que sintetiza as informações sobre estas pesquisas. Fechando o texto, em acordo com levantamento bibliográfico, discutimos as questões suscitadas pela difusão da categoria território vivido, traçando as primeiras discussões em direção a como o estudo do território vivido vêm suscitar temas e debates na disciplina geográfica.

### **Sobre os estudos de territórios vividos: um panorama**

Parte da relevância da construção de um panorama sobre os estudos de territórios vividos sobrevem da novidade deste tema frente à tradição de estudos sobre território. Assim como Raffestin (1993) acusa o predomínio do estudo do Estado pela Geografia Política, intrínseco a este movimento está a constatação da predominância do uso da categoria território nos estudos sobre Estado Nação e, conseqüentemente, a associação direta entre estes dois termos (SOUZA, 1995; CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007).

Marcelo L. Souza está entre os autores brasileiros que primeiro apontou para esta rigidez da compreensão e uso da categoria território. Há a validade e relevância do estudo do par “território-Estado Nação”:

No entanto, ele [o território] *não precisa e nem deve* ser reduzido a essa escala nacional e à associação com a figura do Estado. Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (p. ex., uma rua) à internacional (p. ex., a área formada pelo conjunto dos territórios dos países-membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN); territórios são construídos e (desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica. Não obstante essa riqueza de situações, não apenas o senso comum, mas também a maior parte da literatura científica, tradicionalmente restringiu o território à sua forma mais grandiloqüente e carregada de carga ideológica: o “território nacional” (SOUZA, 1995, p. 81 – grifos do autor).

Autores que mencionam esta “rigidez” no estudo do território (CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2007) comentam a abertura na compreensão da categoria. Neste movimento, tal como nesta passagem de Souza, cometam a pluralidade de fenômenos socioespaciais cuja matriz é a territorialização.

Apesar da predominância do par território-Estado Nação, a consideração da dimensão vivida já esteve presente em outros estudos sobre território; sobretudo na forma da discussão de territorialidades. A consideração da dimensão “vivida” na compreensão do território, provavelmente, tenha se dado a partir da territorialidade. A noção de territorialidade é comumente referência das características e movimentos daqueles que vivem no território. Penha ([1995] 2005) e Machado (1997), seguindo o trabalho de Marcel Roncayolo (1986), afirmam que foi Edward Soja quem primeiro apresenta ou retoma a dimensão vivida do território, no *research paper* chamado *The political*

*organization of space*, de 1971. Embora apontado como pioneiro, este trabalho não aparece entre as referências bibliográficas dos autores brasileiros que lidam com territórios vividos, não parece ser ponto de partida de uma corrente de pensamento. Colocamos que, de certa forma, a noção de territorialidade caracteriza um antecedente da temática empreendida nos estudos dos territórios vividos. Sobre a territorialidade, Claval (1999) comenta estudos que relacionaram simbologia e território, citando o trabalho sobre a iconografia como dimensão simbólica que consolida o território, realizado por Jean Gottman, na década de 1970, assim como os trabalhos de cunho etnográfico dos geógrafos tropicalistas franceses. Temos como exemplo, também, os trabalhos de territorialidade, realizados em acordo com a psicologia, em suas abordagens behavioristas da territorialidade se aproximaram da Etologia e receberam amplas críticas por esta perspectiva de estudo (HAESBAERT, 2006).

Podemos identificar um estado da arte da perspectiva de compreensão e uso da categoria território, em acordo com a dimensão vivida, no Brasil. Nos anos 1990, encontramos referenciando este posicionamento epistemológico, o trabalho de Rosa Moura e Clóvis Ultramari; os autores articulam a discussão de um *overlay* de territorialidades que influenciaria tanto as governanças da metrópole quanto a ação dos moradores, uma sobreposição de territorialidades formais (dos poderes públicos) e as territorialidades subjetivas (de todo tipo de grupo ou organização, expressando no espaço seus imaginários sociais) (MOURA e ULTRAMARI, 1994). Importante atentar que, embora não diretamente citado dentro do texto, mas constando nas referências bibliográficas de Moura e Ultramari, está Felix Guatari. Este, junto de Giles Deleuze, trabalharam e difundiram a expressão “desterritorialização” para a compreensão de dinâmicas que caracterizariam um “período pós-moderno”; filósofos pós-estruturalistas, a dimensão subjetiva (dado que incluem dimensões tanto do físico quanto do mental, assim como do social ao psicológico) está nas suas formulações sobre território (HAESBAERT, 2006). E embora seja o trabalho levantado mais antigo, citado por alguns outros autores (contribuindo para a reflexão de dinâmicas que participam da conformação do espaço urbano), esta discussão de territorialidade subjetiva empreendida por Moura e Ultramari não é o ponto de início de uma tradição de estudos. Na década de 1990, predominam trabalhos teóricos que mencionam dinâmicas cotidianas e valores subjetivos construindo territórios. Dentre estes, temos Trindade Jr. (1998) que, ao discutir agentes produtores do espaço e territorialidades urbanas, destaca três tipos de agente e as características de suas respectivas territorialidades: os formatos

territoriais institucionalizados (municípios, por exemplo), os territórios das empresas do mercado imobiliário e as organizações populares e suas territorialidades; sobre esta última territorialidade, o autor destaca a subjetividade de processos, a multidimensionalidade do poder (já que ele não é institucional) e a familiaridade como parte da matriz desta territorialização.

Souza (1995), como já citado, defende a apreensão de territórios em diferentes escalas temporais e espaciais; exemplifica isto discorrendo sobre territórios de prostituição e sobre territórios do crime organizado na favela. O autor aponta que estes territórios são as relações sociais (ou campos de força) inscritas no espaço.

Penha ([1995] 2005)<sup>1</sup> e Machado (1997), discutem territorialidade atentando que esta é o conjunto de ações desenvolvidas em uma área dada (formando o território), ações que produzem poder, dentre as quais estariam incluídas, para usar o termo dos autores, elementos culturais, as dimensões simbólicas ou imaginárias.

No que diz respeito aos trabalhos empíricos, Ribeiro e Mattos (1996) atentam para o caráter exploratório (dado ser inédito) do estudo deles dentro da Geografia Brasileira, pois que pesquisas desta ordem só teriam sido realizadas por antropólogos, sociólogos e historiadores. Os autores apresentam e discorrem sobre a dinâmica de territórios de prostituição que se realizavam na área central do Rio de Janeiro. No levantamento realizado, este é o único trabalho empírico encontrado nesta década, um número mais significativo de pesquisas empíricas surge na década de 2000. Acreditamos que isto se deve, principalmente, à consolidação de grupos de estudos voltados à Geografia Humanista e Cultural no Brasil. Com base nestes trabalhos teóricos, assim como nos empíricos, (a partir da escolha de informações que denotem as características dos territórios vividos e sua relação com quadro teórico-metodológicos), elaboramos o Quadro 1.

---

<sup>1</sup> Embora este artigo tenha sido publicado em 2005, optamos por fazer referência à data em que foi recebido para publicação (1995), para denotar o período em que a discussão do autor já vinha sendo empreendida.

**Quadro 1: Perspectiva dos estudos de territórios vividos<sup>2</sup>**

Agente	Morfologia, configuração territorial	Mote da territorialização	Indicação teórico-metodológica	Referências bibliográficas (números de citações no conjunto dos textos)
grupo social; grupo sociocultural; organizações populares; tribos urbanas	áreas da cidade; redes dentro da cidade; espaços públicos da cidade; bairro; propriedade privada (campo)	Estratégia; expressão do imaginário; sobrevivência; satisfação de necessidades; “institucionalização” de grupo	Subjetividade; apropriação simbólica; sentimento; vínculo afetivo; representação social; comportamento e relações sociais	Claude Raffestin (4); Robert Sack (3); Marcelo L. Souza (3); Rogério Haesbaert (3); Félix Guatari (2); Zilá Mesquita (1); Joel Bonnemaison (1); Gui Di Méo (1); Roberto L. Correa (1); Frederich Ratzel (1); Rosa Moura e Clóvis Ultramari (1); Paul Claval (1)

Com base nesta perspectiva dos estudos de territórios vividos que damos os primeiros passos na reflexão sobre a contribuição desta categoria às discussões geográficas, no contexto nacional.

### **Discussões geográficas: as contribuições do território vivido**

A categoria é uma ferramenta, serve como norte à tarefa acadêmica de compreender a realidade. Enquanto orientadora da atividade disciplinar, à categoria atribuímos um corpo teórico, formas de apreensão do mundo. Refletir sobre a categoria território vivido é um modo de clarificar como esta contribui para a tarefa da Geografia: discernir o papel da dimensão espacial na realidade; as reflexões movimentadas aqui seguem esse sentido.

Os estudos de territórios vividos surgem frente ao dado empírico de que indivíduos ou, ainda, grupos sociais conformam territórios. Expressa, portanto, um movimento de inclusão das dinâmicas socioespaciais de pequena escala ao interesse dos geógrafos.

Ao atentar estes tipos de agentes que realizam territorialização, o estudo dos territórios vividos trata de como um grupo torna exclusiva uma porção do espaço. E, desta forma,

---

<sup>2</sup> Neste primeiro momento da pesquisa, optamos por buscar trabalhos que apresentassem resultados mais consolidados de pesquisas, os quais entendemos estarem na forma de artigos acadêmicos, livros e capítulos de livros. Baseado nos seguintes trabalhos: Moura e Ultramari (1994); Souza (1995); Ribeiro e Matos (1996); Machado (1997); Trindade Jr. (1998); Claval (1999); Silva (2001); Campos (2000; 2002); Costa, (2005); Rosendahl (2005); Mesquita e Maia (2007); Vaz (2007); Costa e Heidrich, 2007.

entra no escopo do geógrafo: a compreensão das formas como o grupo se torna coeso, esteando sua articulação da territorialização, a apreensão da construção de uma identidade territorial e das consequências desta, o mote da territorialização, as formas como estes grupos realizam a manutenção do território, como exercem o poder, a compreensão das consequências destes territórios no quadro de um contexto socioespacial maior, ao qual pertencem (questões mobilizadas pelo Quadro 1).

A relação agente-territorialização é, desta forma, um modo de compreender como o espaço se organiza. O termo “organização do espaço” tem estado relacionado à discussão da produção do espaço, que procura compreender como macro-processos (intrínsecos à matriz da dinâmica capitalista) dispõem objetos espaciais, que condicionam e são condicionados pelo modo como classes socioeconômicas se relacionam. No caso dos territórios vividos como categoria para compreender a organização do espaço, estamos falando do modo como os indivíduos vivem e “funcionalizam” cotidianamente este espaço.

É a relação e organização as quais, se não produzem diretamente o espaço, trazem à luz como os indivíduos movimentam a realidade material que esteia suas vidas. É retomar a noção antiga de geografia: compreender os agentes que territorializam, as relações que eles estabelecem, é a forma de ler o espaço, para então grafá-lo. Ler o espaço, através da categoria território, como os trabalhos empíricos levantados apontam, necessita acercar o grupo social que é agente; está incluso, portanto, a discussão sobre identidades territoriais.

Entre os trabalhos aparecem grupos de ciganos, homossexuais, crime organizado, prostitutas e michês, aficcionados pelo *moto-way-life*, grupos étnico-culturais, grupos de moradores de bairros. Estes grupos conformam/vivem uma identidade territorial; e é esta a expressão de geograficidade. Nos termos de Dardel (1952), geograficidade é a expressão da relação em que falar do homem é falar do espaço que ele vive (e, no limite, o espaço que o homem é). A geograficidade da identidade territorial reside na associação tríplice “[...] entre como é determinado território, quem vive nele e como é viver nele” (DE PAULA e MARANDOLA JR., 2007, p. 7). Discorrer sobre a identidade territorial de um grupo é, sempre, discutir também a identidade social e sociedade, discutir imaginários sobre as pessoas e esse território e, conseqüentemente, apreender como os indivíduos (os que vivem ou não o território) concebem este espaço e agem (em todos os sentidos: políticos, sociais) em relação a ele.

Apreender os motes que levam o grupo a territorialização é um modo de qualificar este movimento e acercar uma dupla problemática: de um lado, a da configuração do território, do outro lado, o modo como esta configuração (conformada pelo mote) revela a articulação do grupo que territorializa. É a pergunta sobre o significado que a porção do espaço (tornada exclusiva) tem para as ações que este grupo realiza. Nota-se que os motes dos territórios vividos, como sintetizado no Quadro 1, não fogem dos motes característicos de outros fenômenos territoriais. Seja qual for o motivo que leva à territorialização, este sempre depõe sobre um dado eidético do território: o exercício de tornar exclusivo (através do poder) um espaço, promovendo o par liberdade-segurança das ações que o agente territorializador almeja realizar.

Neste ponto está a importância da compreensão relacional de poder. Descolá-lo da associação direta às instituições políticas (RAFFESTIN, 1993) permitiu a discussão de formas de poder envolvidas em dinâmicas de pequena escala, auxiliando na compreensão das relações de poder que conformam territórios vividos. Entre os trabalhos levantados, encontramos a menção a expressões de poder mais explícitas, na forma da violência (realizados por grupos sociais de atividades ilícitas como prostituição ou tráfico de drogas). Quanto há menção às formas mais implícitas de poder na base das reações sociais que conformam os territórios vividos: excluir pessoas da área simplesmente através de gestos e condutas que a distinguem como não pertencente ao grupo, por exemplo.

Mas, os exemplos aqui citados de exercícios de poder se reportam a um contexto socioespacial específico, o qual observado no item do Quadro 1 sobre a configuração e morfologia dos territórios vividos, revela uma tendência na temática pesquisa destes. Esta tendência está no fato de que, dentre os trabalhos analisados, há o predomínio de pesquisas no contexto urbano. Acreditamos que a aglomeração, o encontro com o outro, a unificação destes outros em função de processos identitários potencializam a diversidade de grupos sociais e, conseqüentemente, a multiplicidade de territórios vividos na cidade. Seria o caso de aventar que a configuração socioespacial da cidade engendra estas territorializações. Este assunto não é novo; há, atualmente, a discussão do surgimento e proliferação de tribos urbanas concomitante ao processo de globalização. A última sendo promovedora da disseminação de culturas e/ou comportamentos, que se consolidam através de grupos de pessoas realizando territorializações na cidade (CLAVAL, 1999; HAESBAERT, 2006; MESQUITA e MAIA, 2007).

Outro ponto a ser destacado, na questão territórios vividos e cidade, é que estes territórios, majoritariamente, se desenvolvem no espaço público. Este é o espaço, por excelência, da tolerância com o outro em associação com (o comportamento de) civilidade (VAINER, 1998; GOMES, 1996; SERPA, 2007). É o espaço, teoricamente, acessível a todos, onde concorre certa liberdade de ações em concomitância com códigos de conduta; este movimento é problematizado na medida em que territorializações tornam mais ou menos exclusivas porções deste espaço, grupos apropriando praças, esquinas, áreas de parques ou shoppings, ruas, bairros ou espaços que estão na interface público-privado, como bares, clubes.

É deste movimento de territorialização de espaços públicos na cidade que surgem problemáticas urbanas como: movimentos de moradores contra territorialidades que se instalam em seus bairros (DE PAULA e MARANDOLA JR., 2007), requalificações urbanas com vistas a dirimir territórios considerados indesejados, como de territórios de prostituição (CAMPOS, 2000) ou de moradores de rua (KASPER, 2006).

Apenas um dentre os trabalhos levantados (até o momento) tinha como objeto de estudo o território vivido no contexto rural. No entanto, este trabalho de Silva (2001) foca mais o resgate de como dinâmicas capitalistas promoveram a desterritorialização de camponeses no cerrado mineiro do que realiza uma análise do território vivido destes. O que nos chama atenção, neste caso, é que o território orientado discutido por este trabalho tem os limites e dinâmicas na forma da propriedade privada. Ainda na busca de pesquisas que tenham realizado estudos sobre territórios vividos no campo, colocamos duas ordens de questionamento: 1) estão os indivíduos a parte de territórios que se realizam na cidade? E aqui é o caso de atentar às relações atuais entre rural-urbano, de imbricamento entre estes modos de vida; 2) se há moradores do campo sem propriedade privada, lutando por terras, há territórios vividos sendo desenvolvidos (pois é próprio do humano a territorialização), neste caso, como se dão estas territorializações? Compreender como se realizam (na ausência da representação máxima de território vivido no campo: a propriedade privada) territórios vividos é apreender como vivem, concebem e conseqüentemente agem em relação ao espaço.

Apesar deste quadro de pesquisas, temas, tendências e potencialidades do estudo de territórios vividos, no que tange o quadro teórico-metodológico destes trabalhos, apenas

um deles apresenta claramente no texto a filiação a um corpo teórico-metodológico<sup>3</sup>. Os outros autores apenas apresentam frases indicativas de seu quadro teórico, como as destacadas no quadro: *vínculo afetivo, apropriação simbólica, relações sociais e comportamentos, subjetividade*. Ao referenciar a ampliação epistemológica que ocorreu na Geografia, são estas frases que indicam (junto da escala do movimento de territorialização estudado) a compreensão destas territorialidades como (o que denominamos) territórios vividos.

Os autores mais citados entre os trabalhos levantados, Robert D. Sack e Claude Raffestin (SACK, 1986; RAFFESTIN, 1993) são reconhecidos por suas discussões relacionais de território (HAESBAERT, 2006), apresentam um trabalho teórico consistente e amplo e são referências constantes em qualquer perspectiva de estudo do território realizado por geógrafos no Brasil. Marcelo Lopes Souza, também entre os mais citados, apresenta uma discussão relacional sobre território, no capítulo de livro que procurava (em 1995) fazer frente a pouco expressiva discussão teórica sobre território no Brasil, como o próprio autor retoma em um texto mais atual (SOUZA, 2009).

Como a própria dispersão de trabalhos e proliferação de termos em relação aos territórios vividos denotam, não há ainda um trabalho amplo que apresente uma base teórico-metodológica concernente a territórios vividos. Apesar disto, há contribuições a discussões teóricas que estão ligadas ao estudo do território vivido que não aparecem dentro do quadro de referências dos trabalhos levantados. Neste sentido, destacamos aqui estas contribuições: o livro organizado por Zilá Mesquita e Carlos Brandão (*Territórios do Cotidiano*); o capítulo de livro de Joël Bonnemaïson (*Viagem em torno do território*); e o artigo de Werther Holzer (*Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente*).

O livro *Territórios do Cotidiano* possui duas seções, uma teórica e outra dedicada a pesquisas empíricas. Na primeira, há uma série de capítulos orientados para a discussão da inserção do cotidiano como meio e objeto de investigação tanto para a academia em geral, quanto especificamente para a Geografia, na discussão sobre abordagem do território. Neste caso, sendo o cotidiano tema, meio e objeto de pesquisa leva às discussões sobre território a considerações sobre o indivíduo, subjetividade, percepção;

---

<sup>3</sup> Vaz (2006) coloca que sua discussão sobre território está em acordo com a abordagem das Geografias Cultural e Humanista.

assuntos que remetem à discussão do território enquanto realidade vivida cotidianamente. Embora este livro possa ser confundido com a orientação humanista dentro da Geografia (pois, é afeito a discussões da dimensão vivida conformando territórios), o conjunto de artigos não apresentam as referências teóricas comumente presentes nos trabalhos inseridos dentro deste horizonte de pesquisa. A base teórica dos trabalhos apresentados neste livro está, sobretudo, apoiada em sociólogos, historiadores e filósofos que discutem o Cotidiano; por exemplo, Michel Maffesoli, Agnes Heller, Henri Lefebvre são citados com frequência.

Em contrapartida, o texto *Viagem em torno do território* é uma referência associada à Geografia Cultural. Este trabalho de Bonnemaïson é de 1981, mas apenas recentemente (BONNEMAISON, 2002) foi publicado em português. Reconhecido por discutir o território enquanto valor cultural, o geógrafo tropicalista movimentou essa compreensão do território ao realizar pesquisa em uma pequena ilha. Nesta pesquisa, atenta o autor, foi necessário uma concepção diferente de território, deste não só associado ao exercício de poder político, socioeconômico ou de legitimação de um estado nacional; mas território como resultado de um modo específico de se apropriar do espaço. Noções como grupo cultural e etnia, análise geocultural, espaço-símbolo, espaço vivido estão presentes na sua discussão teórica sobre território.

O artigo de Werther Holzer, embora não verse exclusivamente sobre território, apresenta uma contribuição teórica importante. A partir da reflexão da fenomenologia enquanto orientação para um pensar e fazer geográficos, o autor apresenta a releitura de conceitos e categorias geográficas. Atenta à importância de lidar concretamente com os fenômenos geográficos e à intersubjetividade que esteia estes fenômenos. Neste ponto, Holzer (1997) atenta à compreensão do território cuja base seja o lugar. Esta outra categoria, resignificada pela abordagem humanista em Geografia, concerne à porção do espaço experienciada pelos indivíduos. Através da abordagem do lugar compreender o território.

Nesta seção, o que movimentamos, sobretudo, foi o modo como trabalhos empíricos sobre território vivido, em conjunto, contribuem para a disciplina em geral. Embora não inclusos neste momento de nossa pesquisa, colocamos que um olhar sobre trabalhos apresentados em eventos aumentariam significativamente a quantidade de pesquisas que focam territórios vividos. Acreditamos na tendência de aumento de pesquisas deste fenômeno territorial em consonância com a difusão da Geografia Humanista e Cultural, abordagens afeitas ao território vivido. Realizar o balanço destas produções permanece,

assim, relevantes para clarificar limites e possibilidades desta face da reflexão geográfica.

### **Unir o disperso**

A partir deste levantamento da produção acerca dos territórios vividos, colocamos que a menção à uma ampliação epistemológica corresponde a um aumento (qualitativo) da tarefa da Geografia. Entra em pauta o exercício de estender a compreensão que a disciplina realiza da realidade ao papel do espaço na esfera de como os indivíduos experienciam o espaço (Humanismo), da geografia que constitui experiência.

O movimento humanista não é exatamente novo na disciplina; desde a metade do século XX vem sendo exercitado e difundido e, no Brasil, o número de seus representantes vêm aumentando nestas duas últimas décadas. A novidade, propriamente dita, está no uso da categoria território por esta perspectiva geográfica.

Como visto, os territórios vividos apresentam a potencialidade de auxiliar, por exemplo, na apreensão de fenômenos que norteiam a organização do espaço, de acerrar a multiplicidade de usos do espaço que se realizam na cidade, na agenda de pesquisas para o campo. No entanto, notamos que os trabalhos ainda estão dispersos, pouco se citam entre si (deixando de formar uma rede de trabalhos unidos pela categoria que utilizam), contribuições teóricas ainda são pouco difundidas. Este trabalho é o início da pesquisa que estamos empreendendo; ela segue a partir da constatação de que há a necessidade de unir o disperso: de promover a centralização da discussão, promovendo o desenvolvimento de bases teórico-metodológicas desta categoria; passo importante à tarefa engendrada pela ampliação epistemológica pela qual passa a Geografia.

### **Referências**

BONNEMAISON, Joël. Viagem em torno do território. In: CORREA, Roberto L. e ROSENDAHL, Zeny. **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002. pp. 83-132.

CAMPOS, Heleniza A. Permanências e mudanças no quadro de requalificação espacial de cidades brasileiras: o caso das territorialidades do sexo na área central do Recife. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 9, pp.25-43, jul./dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Refletindo sobre o papel das representações nas territorialidades urbanas: o exemplo da área central de Recife. **GEOSP/Espaço e tempo**, São Paulo, n. 11, pp. 35-50, 2002.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. **Geographia**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, pp. 7-26, 1999.

COSTA, Benhur Pinós. As relações entre território, identidade e cultura no espaço urbano: por uma abordagem microgeográfica. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. pp. 79-114.

COSTA, Benhur P. e HEIDRICH, Álvaro L. A condição dialética de produção do espaço social: microterritorializações (culturais) urbanas “a favor” e “contra” a sociedade. In: KOZEL, Salette; SILVA, Josué C. e GIL FILHO, Sylvio F. (orgs.) Da percepção e cognição a representação: reconstruções teóricas da Geografia Cultural e Humanista. São Paulo/Curitiba: Terceira margem/NEER, 2007. pp. 80-113.

DE PAULA, Fernanda e MARANDOLA JR., Eduardo. Entre o bairro e o lugar: experiência urbana nos DICs, Campinas. In: COLÓQUIO NACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE ESPAÇO E REPRESENTAÇÕES, 2, 2007, Salvador. **Anais...** Salvador: NEER, 2007. 18p. [CD-ROM]

GOMES, Paulo C. C. Identidade e exílio: fundamentos para a compreensão da cultura. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 5, p. 31-42, dez. 1996.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HOLZER, Werther. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de paisagem e lugar, território e meio ambiente. **Território**, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, pp. 77-85, jul./dez. 1997.

MACHADO, Mônica S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **Geouerj**, Rio de Janeiro, n. 1, pp. 17-31, jan. 1997.

MESQUITA, Maria E. A. e MAIA, Carlos E. Territórios e territorialidades urbanas em Goiânia: as tribos dos moto-clubes. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 27, n. 3, pp. 125-142, jul./dez. 2007.

MESQUITA, Zilá e BRANDÃO, Carlos R. (orgs.). **Territórios do cotidiano: uma introdução a novos olhares e experiências**. Porto Alegre: UFRGS, 1995.

MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clovis e CARDOSO, Nelson A. Territorialidades em movimento. In: ULTRAMARI, Clovis E MOURA, Rosa. (orgs.). **Metrópole: Grande Curitiba: teoria e prática**. Curitiba: IPARDES, 1994. pp. 111-120.

PENHA, Eli A. Território e territorialidade: considerações histórico-conceituais. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 1, pp. 7-24, 2005.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RIBEIRO, Miguel A. C. e MATTOS, Rogério B. Territórios da prostituição nos espaços públicos da área central do Rio de Janeiro. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, pp. 59-76, 1996.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ENCICLOPÉDIA EINAUDI. **Região**. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. pp 262-290. (Vol. 8).

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica para o estudo da religião. In: ROSENDAHL, Zeny e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: temas sobre cultura e espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2005. pp. 191-226.

SACK, Robert D. **Human territoriality: its theory and history**. New York: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, Paula J. Territorialidade e desterritorialidade: os assentamentos rurais e a reterritorialidade do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 21, n. 2, pp. 83-101, jul./dez. 2001.

SOUZA, Marcelo L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.. In: CASTRO, Iná E. ; GOMES, Paulo C. C. e CORRÊA, Roberto L. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. pp 77-116.

\_\_\_\_\_. “Território” da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In. SAQUET, Marcos A. e SPOSITO, Elizeu S. (orgs.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular/ Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP, 2009. pp. 57-72.

TRINDADE JR., Saint-Clair C. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 3, n. 5, pp. 31-50, jul./dez. 1998.

VAINER, Carlos B. Cidades, cidadelas e a utopia do reencontro – uma reflexão sobre tolerância e urbanismo. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, vol. 12, n. 1, 33-46 p., jan./jun. 1998.

VAZ, Ademir. D. A geografia e sua pertinência para o estudo da diversidade cultural – um território cigano. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 19, p. 69-80, 2006.

WRIGHT, John. K. Terrae incognitae: the place of the imagination in Geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v.37, p.01-15, 1947.